



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005899-42.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **MARIA DE LOURDES MANGERONA MARCELINO**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que realizou acordo com a ré para a quitação de débito que mantinha junto à mesma, promovendo os pagamentos a que se comprometeu.

Alegou ainda que não obstante permaneceu com o nome inserido perante órgãos de proteção ao crédito, de modo que almeja à respectiva exclusão.

A ré em contestação confirmou os fatos articulados pela autora, mas asseverou que ela seria detentora de outra linha telefônica em relação à qual também haveria dívida em aberto.

Amealhou documentos que respaldaram sua versão.

Instada a pronunciar-se a esse respeito (fl. 40), a autora não o fez (fl. 45).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz à rejeição do pleito exordial, firmando-se a convicção de que a negativação cristalizada a fl. 09 se referia a linha móvel sem pertinência com o acordo referido a fls. 05/08.

Bem por isso, e diante da existência da dívida, a manutenção da negativação da autora transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 10/11.

P.R.I.

São Carlos, 03 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**